

Brasília-DF



LUANA PATRIOLINO (INTERINA)
luanapatriolino.df@dabr.com.br

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Esforço concentrado

Que Augusto Aras é carta fora do baralho para chefiar o Ministério Público Federal (MPF), já se sabe. Mas isso não quer dizer que sua tentativa de recondução tenha deixado de ecoar pelos bastidores da política de Brasília. Segundo fontes ouvidas pela coluna, movimentos contra a recondução do ex-procurador-geral da República tiveram a participação de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) — como, por exemplo, Alexandre de Moraes, que explicitou a oposição à permanência de Aras em conversas com os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Parlamentares testemunharam tais diálogos.

Som na caixa, DJ

Com investimento de R\$ 6 milhões, o MinC lançará edital de reconhecimento e valorização da cultura hip-hop. A solenidade ocorrerá na próxima quinta-feira, no Campus Universitário Darcy Ribeiro, na UnB. A pasta investirá em montante em 325 iniciativas. O Ministério da Igualdade Racial e a Fundação Nacional de Artes (Funarte) também apoiam a ação. “Reforça o valor das experiências vividas nas comunidades e a realidade de milhares de brasileiros que fazem arte e cultura de sua luta”, disse a ministra Margareth Menezes (foto) à coluna.

Políticas públicas

A Escola de Políticas Públicas e Governo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) realizará um seminário presencial, segunda-feira, sobre decisões judiciais e políticas públicas. Entre os palestrantes, está o ministro e decano do STF Gilmar Mendes, do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP).

Sem pressa

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não tem pressa para indicar o próximo procurador-geral da República e nem o nome para ocupar a cadeira deixada pela ministra aposentada Rosa Weber, no STF. Ele afirmou que deve priorizar, até dezembro, a agenda com o Congresso. As indicações podem ficar para o ano que vem. Enquanto isso, a Suprema Corte funciona com 10 ministros e a PGR é conduzida pela interina Eliziana Ramos.

Mudança no TSE

O ministro Benedito Gonçalves deixa, em 9 de novembro, o Tribunal Superior Eleitoral. Caberá ao ministro Raul Araújo assumir a Corregedoria da Corte. Ambos são oriundos do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e, por tradição, ficam apenas um biênio no TSE como titulares.

Único ministro negro

A trajetória de Gonçalves é marcada pela relatoria da ação que tornou Jair Bolsonaro inelegível por oito anos. O magistrado também foi responsável por assumir posições duras em relação ao ex-presidente no processo eleitoral. Nomeado por Lula em 2008, ele é juiz de carreira, de perfil discreto e o único negro entre os 33 integrantes do STJ.

Raul Araújo assume

Pronto para assumir a corregedoria eleitoral, o ministro Raul Araújo foi um dos dois magistrados do TSE que votaram pela absolvição de Bolsonaro no julgamento sobre o abuso de poder político e econômico. No cargo, herdará outras ações que também pedem a condenação do ex-presidente. No entanto, não há possibilidade de acúmulo de inelegibilidades. Nesses cenários, o ex-chefe do Executivo pode sofrer outras sanções — como multas, por exemplo.

Ações rejeitadas

Na última semana, o TSE rejeitou três ações contra Bolsonaro por abuso nas eleições. A primeira delas, relacionada a uma live supostamente realizada no Palácio do Planalto, foi rechaçada de forma unânime e pegou o governo de surpresa. Porém, nos bastidores da Corte, a decisão era esperada, pois os integrantes avaliaram que o primeiro julgamento — que tornou o ex-presidente inelegível — era uma “questão de honra”. Afinal, referia-se à reunião com os embaixadores, na qual Bolsonaro tentou desqualificar os ministros e o TSE.

8 DE JANEIRO

PL quer regulamentar uso da FN

Relatora da CPMI propõe que não seja necessário governador requerer presença da Força Nacional para preservar prédios públicos

» EVANDRO ÉBOLI

No relatório final da CPMI do 8 de janeiro, a senadora Eliziane Gama (PSD-MA) propõe a autorização do emprego da Força Nacional (FN) para a proteção de prédios públicos, o que não ocorreu naquela data — quando a tropa ficou restrita a cuidar do Ministério da Justiça, onde permaneceu parada. Ela sugere a elaboração de um projeto de lei que dispense a necessidade da solicitação dos governadores para a preservação de instalações públicas.

O argumento do ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, de não utilizar a FN na contenção dos bolsonaristas que invadiram as sedes dos Três Poderes, foi que não houve pedido expresso do governador Ibaneis Rocha, do Distrito Federal. O *Correio* flagrou a Força Nacional postada em frente ao Ministério da Justiça, em 8 de janeiro, exatamente às 16h03. Nesse momento, Congresso, Supremo

Evandro Éboli/CB/D.A.Press



FN diante do Ministério da Justiça, em 8/1. Dino foi acusado de omissão por não mandá-la contra os vândalos

Tribunal Federal (STF) e Palácio do Planalto eram tomados de assalto pelos vândalos.

As fotos mostram, ainda, a

presença de pelo menos três dezenas de homens da FN, quase todos com o escudo no chão e em postura relaxada. Dino foi

criticado pelos opositoristas, na CPMI, por não ter mandado a tropa conter os invasores. Acusaram-no, ainda, de omitir

imagens que mostravam a guarda como observadora privilegiada do vandalismo.

Num ofício à comissão, o ministro afirmou que o emprego da FN sem autorização de Ibaneis violaria o princípio constitucional da autonomia dos estados, definido pelo STF. “A decisão, se desrespeitada, poderia gerar crime de responsabilidade, além de crimes comuns — a exemplo do tipo penal de desobediência —, por parte das autoridades responsáveis. Rememore-se que, antes da decisão da Suprema Corte, era corriqueiro o emprego da Força Nacional mesmo sem o aval expresso dos governadores dos respectivos estados onde se desse a atuação da Força, situação que teve seus contornos jurídicos modificados pela decisão”, salientou Eliziane no relatório da CPMI.

Sem autorização

Pela proposta da senadora, se o projeto que desvincula o emprego da FN à autorização do

governador for aprovado pelo Congresso, a tropa poderá atuar na proteção de prédios públicos e pessoas, dentro de um perímetro de 33m, contados a partir da área externa do edifício federal.

Dino também informou à CPMI que a anuência de Ibaneis para a atuação da FN só veio às 17h29 de 8 de janeiro, “quando os insurgentes já haviam invadido e depredado as sedes do Legislativo, do Executivo e do Judiciário” — frisa o relatório da comissão.

No funcionamento da CPMI, a oposição acusou o governo de saber dos riscos da invasão dos prédios e que, mesmo assim, se omitiu de mandar a FN contra os bolsonaristas. “Não houve invasão, houve omissão”, afirmou o senador Esperidião Amin (PL-SC).

O deputado Felipe Barros (PL-PR), também integrante da CPMI, foi dos que mais cobraram as imagens dos homens da FN. “É um absurdo que nos sejam negadas essas imagens, o que implica em dizer que houve, com certeza, omissão do governo”, acusou.

Ameaçada, Eliziane andarará com escolta

» ÂNDREA MALCHER

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), determinou, ontem, que a senadora Eliziane Gama (PSD-MA) seja acompanhada por seguranças 24 horas por dia. A relatora da CPMI de 8 de janeiro passou a receber ameaças de morte, depois que leu o parecer no qual pede o indiciamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Ela será escoltada por policiais legislativos nas atividades em Brasília ou no Maranhão.

A equipe da senadora enviou à Polícia Federal (PF) e à Advocacia do Senado os perfis dos responsáveis pelas ameaças e os prints das ofensas. Para Eliziane, as agressões “não podem ser subestimadas”, mas, em um primeiro momento, não viu razões para escolta. Só que diante de tudo que enviaram para seu perfil nas redes, mudou de ideia.

“São pessoas que não têm, pelo que colocam, nenhum senso de humanidade. E subestimar esse tipo de pessoa, pode ser colocar em risco a minha vida e a da

minha família”, lamentou.

Porém, as ofensas e intimidações não foram exclusividade da relatora da CPMI. A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) levou ao Supremo Tribunal Federal (STF) ameaças de morte e violência física que a parlamentar recebeu, após confrontar o também deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) na CPMI.

“É importante dizer que a milícia digital, a comunicação, impacta comportamentos e afetos. Faz com que pessoas saiam da realidade, tirem os pés do chão

e comecem a se apegar a valores que não têm nada a ver com a realidade. Eles acreditam em histórias, em versões, em falsidades, em mentiras e se tornam pessoas do ódio, da violência, do preconceito”, lastimou Jandira.

A deputada Fernanda Melchionna (PSol-RS) tem sido uma das principais vítimas de intimidações. “A gente vê um monte de machismos, violência política, ameaças, que acho que são cada vez mais inaceitáveis. Naturalizar ou normalizar coisas absurdas não pode ser uma prática”, frisou.

Ed Alves/CB/DA.Press



Senadora receberá proteção, 24h por dia, da Polícia Legislativa